

## COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

### SUBSTITUTIVO ADOTADO AO PROJETO DE LEI Nº 9.997, DE 2018

Apensados: PL nº 233/2019, PL nº 1.502/2021, PL nº 2.307/2021, PL nº 244/2022 e  
PL nº 245/2022

Altera da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que "Institui a Política Nacional de Proteção da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista", para fomentar o diagnóstico precoce, o tratamento efetivo em idade adequada e baseado em evidências científicas, e a capacitação e participação dos profissionais da área de educação no cuidado da pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que "Institui a Política Nacional de Proteção da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990", para fomentar o diagnóstico precoce, o tratamento efetivo em idade adequada e baseado em evidências científicas, e a capacitação e participação dos profissionais da área de educação no cuidado da pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Art. 2º O art. 2º da Lei nº 12.764, de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º .....

I - a intersetorialidade no desenvolvimento das ações e das políticas, **no diagnóstico e na intervenção precoce** e no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista;

.....  
III - a atenção integral às necessidades de saúde **e educação** da pessoa com transtorno do espectro autista, objetivando o diagnóstico **e a intervenção precoces**, o atendimento multiprofissional, o acesso a medicamentos e nutrientes, **conforme protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas**

\* C D 2 2 6 1 1 6 9 4 6 7 0 \*



**baseados em evidências científicas; e o atendimento educacional apropriado a sua condição, nos termos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;**

**V - o estímulo à capacitação profissional da pessoa com transtorno do espectro autista e à sua inserção no mercado de trabalho, observadas as peculiaridades da deficiência e as disposições da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);**

**VII - o incentivo à formação e à capacitação de profissionais das áreas de saúde e educação especializados no atendimento interdisciplinar e no reconhecimento de sinais precoces do transtorno do espectro autista, bem como a pais e responsáveis;**

**§ 2º As instituições escolares devem garantir o livre acesso a todos os locais no estabelecimento de ensino frequentados pela pessoa com transtorno do espectro autista aos profissionais da equipe multidisciplinar que assistem o aluno. (NR)º**

Art. 3º O art. 3º da Lei nº 12.764, de 2012, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 2º, 3º e 4º; renumerando-se o parágrafo único como § 1º:

“Art. 3º .....

**§ 2º Os estabelecimentos de saúde e de educação deverão realizar a triagem para o transtorno do espectro autista com a utilização de instrumentos padronizados validados para o Brasil.**

**§ 3º O teste de triagem deverá ser realizado conforme suas instruções de aplicação, incluindo a idade das crianças, e aquelas com resultado alterado deverão ser encaminhadas para avaliação especializada.**

**§ 4º Será utilizado como teste de triagem o *Modified Checklist for Autism in Toddlers (M-CHAT)*, na versão em português validada para o Brasil, ou outro definido pelos gestores do Sistema Único de Saúde. (NR)º.**

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 23 de novembro de 2022.

Deputado **PINHEIRINHO**  
Presidente

